

Entre o centro preservado e a periferia planejada: urbanismo, habitação e deslocamento social em São Luís durante o governo José Sarney (1966-1969)

Entre el centro preservado y la periferia planificada: urbanismo, vivienda y desplazamiento social en São Luís durante el gobierno de José Sarney (1966–1969)

SIMPÓSIO E2_08: Desigualdades territoriais e práticas sociais de contestação na América Latina nos séculos XX e XXI: novas abordagens

Jean Pedro Silva de Sousa

UFRJ, Brasil

pedrosilvarjhp2018@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa as transformações urbanas ocorridas em São Luís do Maranhão durante o governo estadual de José Sarney, entre 1966 e 1969, período marcado pela intensificação das políticas desenvolvimentistas no contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira. A partir de uma abordagem histórica que dialoga com a história urbana, a arquitetura e o urbanismo, investiga-se a produção do espaço urbano por meio da expansão da infraestrutura viária, da implantação de conjuntos habitacionais e do deslocamento sistemático da população trabalhadora para áreas periféricas da cidade. Argumenta-se que tais intervenções ultrapassaram a dimensão técnica do planejamento urbano, constituindo um projeto político de reorganização territorial orientado pela modernização conservadora e pela reprodução das desigualdades socioespaciais. Enquanto o centro histórico foi progressivamente preservado, valorizado e convertido em símbolo patrimonial e identitário, as camadas populares foram direcionadas a novas áreas urbanizadas, frequentemente afastadas dos principais equipamentos urbanos e carentes de infraestrutura adequada. Nesse processo, os conjuntos habitacionais implantados pelo Estado e por cooperativas habitacionais operaram como verdadeiras tecnologias de governo, articulando política social, planejamento urbano e controle territorial. A distância em relação ao centro passou a estruturar a experiência urbana cotidiana, transformando o deslocamento em elemento permanente da vida social e aprofundando desigualdades de acesso à cidade. Ao analisar São Luís como parte de um padrão mais amplo de produção desigual do espaço urbano na América Latina, o artigo evidencia como o urbanismo adotado no período contribuiu para a consolidação de uma cidade fragmentada, cujas marcas persistem no presente. A reflexão proposta busca compreender o urbano como campo de disputas históricas e políticas, reafirmando o papel da história urbana na crítica às formas excludentes de produção da cidade.

Palavras-chave: São Luís do Maranhão; História urbana; Conjuntos habitacionais; Ditadura civil-militar; Produção do espaço.

Resumen: *Este artículo analiza las transformaciones urbanas ocurridas en São Luís do Maranhão durante el gobierno estadual de José Sarney, entre 1966 y 1969, período marcado por la intensificación de las políticas desarrollistas en el contexto de la Dictadura Cívico-Militar brasileña. Desde una perspectiva histórica e interdisciplinaria, que dialoga con la historia urbana, la arquitectura y el urbanismo, el estudio examina la producción del espacio urbano a partir de la expansión de la infraestructura vial, la implantación de conjuntos habitacionales y el desplazamiento sistemático de la población trabajadora hacia áreas periféricas de la ciudad. Se sostiene que dichas intervenciones no pueden ser entendidas únicamente como respuestas técnicas al crecimiento urbano o al déficit habitacional, sino como parte de un proyecto político de reorganización territorial vinculado a la modernización conservadora y a la reproducción de desigualdades socioespaciales. Mientras el centro histórico fue progresivamente preservado y valorizado como espacio patrimonial y simbólico, los sectores populares fueron relocalizados en nuevas áreas urbanizadas, generalmente distantes de los principales equipamientos urbanos y con infraestructura limitada. En este proceso, los conjuntos habitacionales promovidos por el Estado y por cooperativas de vivienda funcionaron como tecnologías de gobierno, articulando política social, planificación urbana y control territorial. La distancia con respecto al centro pasó a estructurar la experiencia urbana cotidiana, convirtiendo el desplazamiento en una condición permanente de la vida social. Al situar a São Luís dentro de un patrón latinoamericano más amplio de producción desigual del espacio urbano, el artículo demuestra cómo el urbanismo del período contribuyó a la consolidación de una ciudad fragmentada, cuyas desigualdades persisten hasta la actualidad.*

Palabras-clave: *São Luís do Maranhão; Historia urbana; Conjuntos habitacionales; Dictadura cívico-militar; Producción del espacio.*

Introdução

A história urbana das cidades brasileiras é, em grande medida, a história de escolhas políticas inscritas no território (Lefebvre, Henri.1974). Ruas, avenidas, conjuntos habitacionais, pontes e vazios urbanos não são produtos neutros do crescimento demográfico ou da modernização técnica, mas resultados de projetos de poder que organizam corpos, deslocam populações e produzem desigualdades espacializadas. Em São Luís do Maranhão, esse processo assumiu contornos particularmente visíveis ao longo da década de 1960, sobretudo durante o governo estadual de José Sarney, entre 1966 e 1969, período marcado por intensas intervenções urbanas, expansão territorial acelerada e redefinição das formas de habitar a cidade.

Este artigo propõe uma análise histórica das transformações urbanas ocorridas em São Luís nesse intervalo, com ênfase na produção de conjuntos habitacionais e na consolidação de uma lógica de deslocamento da população trabalhadora para áreas cada vez mais afastadas do núcleo histórico da cidade. Diferentemente de abordagens centradas exclusivamente na paisagem como categoria simbólica ou na preservação patrimonial do centro urbano, o foco aqui recai sobre os mecanismos

técnicos, institucionais e espaciais que sustentaram a periferização como política urbana, articulando planejamento, habitação social e infraestrutura viária.¹

O período em questão não pode ser compreendido de forma isolada. Ele se insere no contexto mais amplo da Ditadura Civil-Militar brasileira, quando o Estado assumiu papel central na condução de políticas de desenvolvimento urbano, frequentemente associadas a discursos de progresso, racionalização do espaço e modernização administrativa (Rolnik, Raquel.1997). Sob essa lógica, o planejamento urbano tornou-se uma ferramenta estratégica de reorganização social, capaz de ordenar fluxos, disciplinar usos do solo e redefinir hierarquias espaciais. Em São Luís, esse movimento coincidiu com a ascensão política de José Sarney, cuja gestão estadual foi marcada por um discurso desenvolvimentista que prometia superar o atraso econômico e integrar o Maranhão aos circuitos nacionais de crescimento.

No entanto, como ocorre em diversas cidades latino-americanas ao longo do século XX, a modernização urbana não se traduziu em inclusão social. Ao contrário, produziu novas formas de segregação, agora mediadas por instrumentos técnicos, planos diretores, políticas habitacionais e grandes obras de infraestrutura. A construção de conjuntos habitacionais em áreas periféricas, promovida por órgãos como a Companhia de Habitação Popular do Estado do Maranhão, não apenas respondeu ao déficit habitacional, mas também reorganizou o espaço urbano de modo a afastar as classes populares das áreas centrais, convertendo a distância em elemento estruturante da experiência urbana.

Esse deslocamento não foi apenas físico. Morar longe do centro significou, e ainda significa, acesso desigual a serviços, equipamentos urbanos, oportunidades de trabalho e formas de sociabilidade. A periferia planejada, frequentemente apresentada como solução técnica e racional, constituiu-se como espaço de contenção social, onde a promessa da casa própria convivia com a precariedade da infraestrutura, a padronização arquitetônica e a dependência quase absoluta do deslocamento cotidiano. Assim, a política habitacional operou simultaneamente como política social e como estratégia de controle territorial.

Ao dialogar com a história urbana, a arquitetura e o urbanismo, este artigo busca compreender os conjuntos habitacionais não apenas como objetos construídos, mas como dispositivos políticos, inseridos em uma lógica mais ampla de produção desigual do espaço. Trata-se de investigar como o Estado, ao intervir no território ludovicense, produziu uma cidade fragmentada, na qual o centro preservado e simbolicamente valorizado coexistiu com periferias extensas, planejadas para absorver a população trabalhadora deslocada pelas próprias dinâmicas da modernização.

Assume-se aqui uma perspectiva crítica, alinhada a leituras progressistas da cidade e do direito à moradia, entendendo o urbano como campo de disputas e conflitos. O deslocamento da população pobre para áreas afastadas do centro, longe de ser um efeito colateral inevitável do crescimento urbano, foi parte constitutiva de um projeto político que redefiniu São Luís nas décadas seguintes. Ao revisitar esse processo histórico, busca-se lançar luz sobre as raízes espaciais das desigualdades que ainda estruturam a cidade contemporânea, reafirmando o papel da história urbana como ferramenta de interpretação e crítica do presente.

¹ O planejamento urbano durante a Ditadura Civil Militar foi amplamente utilizado como instrumento de controle territorial e reorganização social, incorporando discursos técnicos que ocultavam decisões políticas profundamente excludentes.

Urbanismo, Estado e modernização conservadora no Brasil dos anos 1960

A compreensão das transformações urbanas ocorridas em São Luís durante o governo de José Sarney exige que se amplie o olhar para além da escala local. As intervenções realizadas na capital maranhense integraram um movimento mais amplo de reorganização das cidades brasileiras ao longo da década de 1960, período marcado pela consolidação de um projeto de modernização conservadora conduzido pelo Estado. Nesse contexto, o urbanismo deixou de ser apenas um campo técnico e passou a operar como linguagem política, capaz de traduzir em formas espaciais as diretrizes ideológicas do desenvolvimento autoritário (Schwarz, Roberto. 1977).

A partir do golpe civil-militar de 1964, o planejamento urbano foi progressivamente incorporado às estratégias de governo como instrumento de ordenamento social e territorial. A cidade tornou-se espaço privilegiado de intervenção estatal, tanto pela concentração demográfica quanto pelo seu papel simbólico na construção de uma imagem de progresso (Harvey, David. 1980). A expansão da infraestrutura urbana, a abertura de grandes vias, a implantação de planos diretores e a produção em massa de habitação social passaram a compor um repertório técnico que, embora revestido de racionalidade administrativa, operava seletivamente sobre diferentes grupos sociais.

No plano discursivo, a modernização urbana era apresentada como resposta inevitável ao crescimento das cidades e ao chamado atraso estrutural brasileiro. No entanto, essa modernização raramente questionava as bases da desigualdade social. Ao contrário, reorganizava o espaço urbano de modo a preservar privilégios históricos, ao mesmo tempo em que deslocava conflitos e populações indesejadas para áreas periféricas (Bonduki, Nabil. 1998). Assim, o urbanismo dos anos 1960 não pode ser entendido como simples esforço de organização espacial, mas como prática política comprometida com a manutenção de hierarquias sociais profundamente enraizadas.

Autores como Henri Lefebvre contribuem de forma decisiva para essa leitura crítica ao afirmar que o espaço urbano é produto social, construído a partir das relações de poder, das práticas econômicas e das ideologias dominantes. O espaço não apenas reflete a sociedade, mas participa ativamente de sua reprodução. Quando o Estado planeja, regula e constrói, ele não organiza apenas o território físico, mas define quem pode ocupar determinados lugares, em que condições e com quais possibilidades de acesso à cidade. Nesse sentido, o urbanismo moderno, longe de ser neutro, atua como mediador entre técnica e política.

No Brasil, esse processo assumiu características específicas. A rápida urbanização ocorrida a partir da segunda metade do século XX encontrou cidades historicamente marcadas por desigualdades fundiárias, concentração de renda e ausência de políticas habitacionais consistentes. A resposta estatal, especialmente durante o regime autoritário, privilegiou soluções de grande escala, inspiradas em modelos internacionais de planejamento funcionalista, mas adaptadas a uma realidade social profundamente excludente. A habitação popular passou a ser tratada como problema técnico, dissociado das dinâmicas de trabalho, mobilidade e acesso aos equipamentos urbanos.

A criação das companhias estaduais de habitação, como as COHABs, insere-se nesse cenário². Apresentadas como instrumentos modernos de enfrentamento do déficit habitacional, essas

² As companhias habitacionais estaduais, criadas a partir dos anos 1960, operaram como instrumentos de produção em massa de moradias, frequentemente dissociadas de políticas urbanas integradas.

instituições desempenharam papel central na produção de conjuntos residenciais padronizados, geralmente localizados em áreas periféricas, afastadas dos centros consolidados. A casa própria foi promovida como símbolo de ascensão social e estabilidade, enquanto a localização distante e a precariedade da infraestrutura urbana eram naturalizadas como etapas temporárias do progresso.

Esse modelo urbano, amplamente difundido nas cidades brasileiras, produziu uma paisagem marcada pela fragmentação. De um lado, centros urbanos progressivamente valorizados, dotados de investimentos públicos, equipamentos culturais e serviços. De outro, extensas periferias planejadas para absorver a população trabalhadora, caracterizadas por longos deslocamentos, baixa diversidade de usos e forte dependência do transporte coletivo. A distância, nesse contexto, deixou de ser apenas geográfica e passou a estruturar desigualdades de tempo, acesso e experiência urbana.

Em São Luís, essas dinâmicas encontraram um terreno particularmente fértil. A cidade, marcada por um centro histórico de forte valor simbólico e por áreas ainda pouco urbanizadas em seu entorno, tornou-se espaço privilegiado para a implementação de políticas que conciliavam preservação seletiva e expansão periférica. O discurso do desenvolvimento, amplamente mobilizado durante o governo Sarney, legitimou intervenções que redesenharam a cidade sem enfrentar suas desigualdades estruturais, convertendo o planejamento urbano em ferramenta de reorganização social.

A modernização conservadora operou, portanto, como um pacto silencioso entre inovação técnica e manutenção das hierarquias sociais. Ao mesmo tempo em que introduzia novas formas urbanas, reforçava antigas lógicas de exclusão. A cidade moderna que se anunciava não era pensada para todos, mas para funcionar de maneira eficiente segundo os interesses do Estado e das elites econômicas. Nesse processo, o urbanismo tornou-se uma tecnologia de governo, capaz de disciplinar o espaço e administrar populações, deslocando conflitos para as margens e preservando o centro como vitrine do progresso.

É a partir desse enquadramento que se torna possível compreender as transformações ocorridas em São Luís nos anos finais da década de 1960. A expansão das vias, a produção de conjuntos habitacionais e a redefinição dos usos do solo não foram ações isoladas, mas parte de um projeto mais amplo de reorganização urbana, profundamente articulado às estratégias políticas do período. Nos próximos tópicos, essa análise se desloca para o caso ludovicense, examinando como essas diretrizes nacionais se materializaram no território da cidade e produziram efeitos duradouros sobre sua estrutura urbana e social.

São Luís em transformação: infraestrutura, vias e expansão territorial

Durante o governo de José Sarney, São Luís passou por um processo acelerado de transformação urbana que redefiniu profundamente sua configuração territorial. A cidade, até então marcada por uma ocupação relativamente concentrada em torno do núcleo histórico e por uma expansão ainda limitada para além de seus eixos tradicionais, passou a ser reorganizada segundo uma lógica que privilegiava a abertura de novas vias, a ampliação da malha urbana e a incorporação de áreas até então pouco ocupadas ao circuito formal da cidade (Vasconcelos, Paulo Eduardo Silva de; Venâncio, Marluce Wall de Carvalho. 2024, p. 1–28). Esse movimento não pode ser compreendido apenas como resposta técnica ao crescimento demográfico, mas como parte de um projeto político que reposicionou São Luís no imaginário do desenvolvimento regional.

A infraestrutura viária assumiu papel central nesse processo. A abertura e o alargamento de avenidas estruturantes tornaram-se símbolos materiais da modernização anunciada pelo governo estadual. Essas obras eram apresentadas como sinais inequívocos de progresso, capazes de integrar bairros, facilitar a circulação e preparar a cidade para um futuro de crescimento econômico³. No entanto, ao mesmo tempo em que conectava novos territórios ao tecido urbano, essas vias também funcionam como vetores de expansão seletiva, orientando a ocupação do solo e definindo quais áreas seriam valorizadas e quais seriam destinadas à absorção da população trabalhadora.

A criação e consolidação de eixos como as avenidas Jerônimo de Albuquerque e Daniel de La Touche exemplificam esse movimento. Mais do que simples soluções de mobilidade, essas vias estruturaram a expansão da cidade em direção a áreas periféricas, estabelecendo novos padrões de ocupação e incentivando a implantação de conjuntos habitacionais distantes do centro histórico. A cidade passou a crescer linearmente ao longo desses corredores, produzindo uma urbanização fragmentada, na qual a distância deixou de ser exceção e passou a constituir regra.

Esse processo de expansão territorial ocorreu de forma simultânea à preservação seletiva do centro histórico. Enquanto o núcleo antigo da cidade era progressivamente valorizado como patrimônio cultural e símbolo identitário, os investimentos públicos se deslocavam para a abertura de novas frentes urbanas. Essa dualidade produziu uma cidade partida, na qual o passado era cuidadosamente protegido e estetizado, enquanto o presente da maioria da população era empurrado para territórios em formação, muitas vezes carentes de infraestrutura básica, equipamentos urbanos e serviços públicos adequados.

A expansão urbana de São Luís durante esse período também esteve profundamente articulada à lógica do planejamento estatal. O discurso técnico, apoiado em diagnósticos de crescimento e em projeções demográficas, legitimou intervenções que alteraram de maneira definitiva a relação entre centro e periferia. A cidade deixou de ser pensada como um espaço de convivência integrada e passou a ser organizada segundo zonas funcionalmente diferenciadas, nas quais morar, trabalhar e circular tornaram-se atividades espacialmente separadas.

Essa reorganização espacial produziu efeitos duradouros na experiência cotidiana dos moradores. Para a população deslocada para as novas áreas urbanizadas, a cidade passou a ser vivida como percurso. O tempo gasto no deslocamento diário tornou-se elemento estruturante da vida urbana, redefinindo rotinas, relações de trabalho e formas de sociabilidade. A promessa da modernização, materializada no asfalto e nas grandes avenidas, convivia com a realidade de longas distâncias e acesso desigual aos benefícios da cidade.

Do ponto de vista técnico, as obras viárias realizadas no período seguiram modelos amplamente difundidos no urbanismo moderno, baseados na priorização do transporte motorizado individual e na hierarquização do sistema viário. Essa opção, comum às cidades brasileiras naquele momento, reforçou a dependência do transporte coletivo e individual para a população periférica, ao mesmo tempo em que contribuiu para a valorização imobiliária das áreas próximas aos novos eixos de circulação. Assim, a infraestrutura não apenas organizou o espaço, mas também operou como mecanismo de redistribuição desigual do valor urbano.

³ No urbanismo moderno, vias estruturantes organizam a expansão urbana, orientando a ocupação do solo e a valorização imobiliária.

Em São Luís, esse processo foi intensificado pelas características geográficas da ilha e pela presença de áreas ambientalmente sensíveis, como manguezais e regiões de mananciais. A expansão da cidade em direção a essas áreas, incentivada pela abertura de novas vias, produziu impactos ambientais significativos, frequentemente negligenciados em nome do discurso desenvolvimentista. A ocupação desses territórios reforçou a vulnerabilidade das populações ali instaladas, revelando a face excludente de um modelo urbano que privilegiava a velocidade da expansão em detrimento da qualidade da urbanização.

A transformação urbana promovida durante o governo Sarney consolidou, portanto, uma nova escala para São Luís. A cidade deixou de ser apenas um núcleo histórico rodeado por áreas de ocupação dispersa e passou a assumir a forma de uma cidade expandida, fragmentada e profundamente desigual. Essa nova configuração não foi resultado espontâneo do crescimento, mas consequência direta de escolhas políticas e técnicas que orientaram a produção do espaço urbano.

É nesse cenário que a política habitacional ganha centralidade analítica. Os conjuntos habitacionais implantados a partir desse período não podem ser compreendidos isoladamente das transformações viárias e territoriais em curso. Ao contrário, eles constituíram peça fundamental desse projeto urbano, funcionando como instrumentos de fixação da população trabalhadora nas novas periferias em formação. No próximo tópico, essa análise se aprofunda na produção dos conjuntos habitacionais, examinando suas tipologias, localizações e funções sociais como parte de uma tecnologia de governo voltada à reorganização do espaço e da sociedade ludovicense.

Conjuntos habitacionais como tecnologia de governo

A produção de conjuntos habitacionais em São Luís, a partir da segunda metade da década de 1960, deve ser compreendida como parte integrante do projeto de reorganização urbana promovido pelo Estado durante o governo de José Sarney. Mais do que respostas pontuais ao déficit habitacional, esses empreendimentos constituíram uma verdadeira tecnologia de governo (Foucault, Michel. 2008), articulando política social, planejamento urbano e controle territorial. Ao serem implantados majoritariamente em áreas periféricas, os conjuntos passaram a operar como dispositivos de ordenamento da população trabalhadora, redefinindo padrões de moradia, circulação e acesso à cidade.

A criação e atuação de instituições como a Companhia de Habitação Popular do Estado do Maranhão, a COHAB MA, assim como cooperativas habitacionais voltadas a segmentos específicos da classe trabalhadora, revelam a incorporação definitiva da habitação social ao repertório técnico do Estado desenvolvimentista. Inspiradas em modelos amplamente difundidos no Brasil e em outros países da América Latina, essas iniciativas apostaram na produção em série, na padronização arquitetônica e na racionalização construtiva (Panerai, Philippe et al. 2013) como soluções eficientes para o chamado problema da moradia popular.

Do ponto de vista arquitetônico e urbanístico, os conjuntos habitacionais seguiram princípios funcionalistas bastante claros. As unidades eram concebidas a partir de plantas mínimas, com organização interna rigidamente definida e baixa flexibilidade de uso. O desenho urbano privilegiava a repetição de quadras e a separação estrita entre áreas residenciais e outros usos da cidade. Equipamentos públicos, quando existentes, surgiam de forma pontual e frequentemente tardia, reforçando a dependência dessas áreas em relação a outras partes da cidade.

Essa lógica construtiva estava diretamente associada à localização dos empreendimentos. A escolha por terrenos afastados do centro urbano respondia tanto a critérios econômicos quanto políticos. Áreas periféricas apresentavam menor valor fundiário, o que reduzia os custos de implantação, mas também permitiam ao Estado realocar populações consideradas indesejáveis aos espaços centrais, liberando essas áreas para processos de valorização simbólica e imobiliária. Assim, a política habitacional operava em sintonia com a política viária e com a preservação seletiva do centro histórico, compondo um mesmo projeto urbano.

Conjuntos como os implantados nas regiões do COHATRAC, COHAB, COHAMA, Cidade Operária e áreas adjacentes exemplificam esse movimento. Embora destinados a públicos distintos, esses empreendimentos compartilhavam características fundamentais. A distância em relação ao centro consolidado, a baixa diversidade de usos urbanos e a dependência quase absoluta de sistemas de transporte coletivo tornaram-se marcas estruturantes da experiência cotidiana de seus moradores. A casa própria, apresentada como conquista e símbolo de estabilidade, vinha acompanhada de um novo tipo de precariedade, agora mediada pela distância e pelo tempo de deslocamento.

A dimensão técnica desses projetos não pode ser dissociada de sua dimensão política. Ao promover a fixação da população trabalhadora em áreas periféricas, o Estado reorganizava o espaço urbano de modo a reduzir tensões sociais nos centros, ao mesmo tempo em que criava territórios socialmente homogêneos e mais facilmente administráveis. A periferia planejada tornava-se, assim, espaço de contenção, onde o acesso à cidade era mediado por longos percursos e por uma infraestrutura frequentemente insuficiente.

Esse modelo não foi exclusivo de São Luís. Ele se insere em um padrão latino americano mais amplo de produção do espaço urbano durante regimes autoritários e períodos de forte intervenção estatal (Castells, Manuel. 1983). No Chile, as poblaciones periféricas. No México, as unidades habitacionais afastadas dos centros históricos. Na Argentina, os barrios planificados. Em todos esses casos, observa-se a mesma lógica fundamental. Preserva-se o passado idealizado nos centros urbanos enquanto se moderniza a periferia para alojar a maioria da população. A técnica urbanística, nesse sentido, atua como mediadora entre o discurso do progresso e a reprodução da desigualdade⁴.

Em São Luís, essa lógica adquiriu contornos específicos em função das características históricas e geográficas da cidade. A insularidade, a presença de áreas ambientalmente frágeis e a forte centralidade simbólica do núcleo histórico reforçaram a tendência de expansão periférica como solução técnica e política. Os conjuntos habitacionais passaram a marcar a paisagem urbana como novos marcos da modernização, ainda que essa modernização se realizasse de forma profundamente desigual.

A análise desses empreendimentos permite compreender que a habitação social, longe de representar apenas uma política de inclusão, operou também como mecanismo de reorganização social. Ao definir onde e como a população trabalhadora deveria morar, o Estado definiu também os limites de sua circulação, de sua visibilidade e de sua participação na vida urbana. O espaço

⁴ A produção periférica de habitação social foi uma constante nas cidades latino americanas sob regimes autoritários e desenvolvimentistas.

construído tornou-se, assim, instrumento silencioso de poder, naturalizando a distância e transformando o afastamento do centro em condição normal da vida popular.

Essa produção habitacional consolidou uma nova paisagem urbana em São Luís. Uma paisagem marcada pela repetição, pela padronização e pela fragmentação do tecido urbano. A cidade passou a ser vivida de forma desigual, não apenas em termos de renda, mas em termos de tempo, acesso e experiência. A casa própria, isolada em um território distante, revelava o paradoxo central da política habitacional do período. Oferecia abrigo, mas retirava cidade.

No próximo tópico, essa análise se desloca para as consequências sociais desse processo, discutindo como a periferação planejada produziu novas formas de exclusão, reorganizou o cotidiano urbano e consolidou o deslocamento da população pobre como política estrutural da cidade.

Periferização e deslocamento social: morar longe como política urbana

A consolidação dos conjuntos habitacionais nas áreas periféricas de São Luís não representou apenas uma mudança na forma de morar, mas instituiu uma nova lógica de viver a cidade. A periferização da população trabalhadora, promovida de maneira sistemática ao longo do governo de José Sarney, transformou a distância em elemento estruturante da experiência urbana, convertendo o deslocamento cotidiano em condição permanente da vida social (Santos, Milton.1993) . Morar longe deixou de ser exceção ou contingência temporária e passou a integrar, de forma naturalizada, o projeto urbano da capital maranhense.

Esse deslocamento não pode ser compreendido como resultado espontâneo do crescimento da cidade. Ele foi produzido por decisões políticas e técnicas que reorganizaram o território de forma seletiva, deslocando as populações de baixa renda para áreas progressivamente mais afastadas do centro histórico e dos principais equipamentos urbanos. A cidade passou a ser planejada a partir de uma lógica que separava, espacialmente, aqueles que deveriam habitar o centro simbolicamente valorizado e aqueles cuja presença era considerada incompatível com a imagem de modernidade e ordem que se pretendia construir.

A periferia planejada emergiu, assim, como espaço paradoxal. Ao mesmo tempo em que oferecia a promessa da casa própria, produzia novas formas de exclusão. A distância em relação ao centro implicava acesso limitado ao trabalho formal, aos serviços públicos, à educação, à saúde e às formas mais diversas de sociabilidade urbana. O tempo gasto no deslocamento diário tornava-se um elemento invisível, mas profundamente desigual, da vida urbana, reorganizando rotinas familiares, jornadas de trabalho e possibilidades de participação na cidade (Villaça, Flávio. 2001)

Nesse contexto, o transporte coletivo assumiu papel central na mediação entre periferia e centro. A dependência quase absoluta desse sistema, frequentemente precário e insuficiente, ampliava as desigualdades já existentes. O espaço urbano, longe de ser um campo de encontros e trocas, transformava-se em um território de percursos longos e cansativos, nos quais o direito à cidade

era experimentado de forma fragmentada e desigual. A cidade existia, mas não estava plenamente acessível a todos⁵.

A periferização também produziu impactos simbólicos profundos. Ao serem deslocadas para áreas distantes, as populações trabalhadoras passaram a ocupar espaços socialmente desvalorizados, frequentemente associados à precariedade, à ausência de infraestrutura e à estigmatização. O lugar de moradia tornou-se marcador social, reforçando hierarquias e produzindo identidades urbanas atravessadas pela exclusão. Morar longe do centro não era apenas uma condição espacial, mas uma posição social inscrita no território.

Esse processo dialoga diretamente com a noção de produção social do espaço, segundo a qual o espaço urbano não é apenas cenário, mas agente ativo na reprodução das relações sociais. Ao organizar a cidade de forma fragmentada, o Estado contribuiu para a consolidação de uma estrutura urbana que dificultava a mobilização social, enfraquecia laços comunitários mais amplos e limitava o acesso das populações periféricas aos espaços de decisão e visibilidade política. A distância física operava, assim, como distância política.

Em São Luís, a combinação entre expansão viária, produção habitacional periférica e preservação seletiva do centro histórico resultou em uma cidade profundamente desigual, na qual o acesso pleno ao urbano tornou-se privilégio de poucos. A paisagem urbana passou a expressar, de forma silenciosa, essa desigualdade estrutural. De um lado, o centro histórico cuidadosamente preservado e progressivamente convertido em símbolo identitário e turístico. De outro, extensas periferias planejadas para absorver a maior parte da população, mas privadas dos investimentos necessários para uma urbanização de qualidade.

A política urbana do período contribuiu, assim, para a naturalização da exclusão espacial. A ideia de que a população pobre deveria morar longe do centro passou a ser aceita como consequência inevitável do crescimento urbano, ocultando o caráter político dessas escolhas. O deslocamento social tornou-se invisível, diluído em discursos técnicos e narrativas de progresso que celebravam a expansão da cidade sem questionar seus custos humanos e sociais.

Essa lógica de periferização produziu efeitos que ultrapassaram o período analisado. As formas de ocupação e os padrões de segregação estabelecidos durante o governo Sarney estruturaram o crescimento posterior de São Luís, condicionando políticas urbanas, dinâmicas imobiliárias e experiências cotidianas ao longo das décadas seguintes. A cidade contemporânea ainda carrega as marcas desse processo, tanto em sua configuração territorial quanto nas desigualdades persistentes que atravessam o espaço urbano.

Compreender o deslocamento da população trabalhadora para áreas afastadas do centro como política urbana, e não como efeito colateral do desenvolvimento, permite lançar um olhar crítico sobre as promessas da modernização. Revela que o progresso anunciado esteve profundamente associado à reorganização desigual do espaço e à exclusão sistemática de amplos setores da população do pleno usufruto da cidade. Ao reconhecer esse processo como histórico e estruturante, abre-se espaço para repensar o urbano não como destino inevitável, mas como campo de disputa e possibilidade.

⁵ O tempo urbano refere-se à desigualdade no acesso à cidade medida em horas de deslocamento, espera e circulação.

No próximo e último tópico, essas reflexões são retomadas de forma articulada, buscando amarrar os argumentos desenvolvidos ao longo do artigo e relacioná-los às permanências e desafios que ainda marcam a cidade de São Luís no presente.

Considerações finais

As transformações urbanas ocorridas em São Luís durante o governo de José Sarney, entre 1966 e 1969, revelam com nitidez como o espaço urbano pode ser mobilizado como instrumento de poder. Longe de constituírem respostas neutras às demandas do crescimento demográfico ou à escassez habitacional, as intervenções realizadas nesse período integraram um projeto mais amplo de reorganização territorial, profundamente articulado às diretrizes da modernização conservadora em curso no Brasil sob a Ditadura Civil Militar. A cidade foi redesenhada não apenas em sua forma física, mas em suas hierarquias sociais, redefinindo quem poderia ocupar determinados lugares e em que condições.

A análise da expansão viária, da produção de conjuntos habitacionais e da preservação seletiva do centro histórico evidencia que o urbanismo adotado no período operou de maneira simultaneamente técnica e política. As grandes avenidas e os novos eixos estruturantes não apenas facilitaram a circulação, mas orientaram a expansão da cidade em direção a áreas periféricas, preparando o terreno para a implantação de empreendimentos habitacionais voltados majoritariamente à população trabalhadora. A infraestrutura, nesse sentido, atuou como vetor de deslocamento social, reorganizando a cidade a partir da distância e naturalizando o afastamento das camadas populares do centro urbano (Rolnik, Raquel.2015).

Os conjuntos habitacionais, apresentados como soluções modernas para o déficit de moradia, desempenharam papel central nesse processo. Ao serem implantados em áreas afastadas, com baixa diversidade de usos e infraestrutura frequentemente insuficiente, esses empreendimentos contribuíram para a consolidação de uma cidade fragmentada, na qual o direito à moradia foi dissociado do direito à cidade. A casa própria, embora importante como conquista material, foi acompanhada pela perda de acesso pleno aos serviços, aos equipamentos urbanos e às formas mais intensas de sociabilidade que caracterizam o espaço urbano consolidado.

Esse deslocamento da população pobre para áreas cada vez mais distantes do centro não foi um efeito colateral do desenvolvimento, mas parte constitutiva de um projeto urbano que buscava ordenar a cidade segundo critérios de eficiência, controle e valorização simbólica. Ao preservar o centro histórico como espaço de memória e identidade oficial, o Estado reforçou uma narrativa urbana que celebrava o passado enquanto relegava o presente da maioria da população às margens da cidade. A paisagem urbana tornou-se, assim, campo de disputa entre a cidade vitrine e a cidade vivida, entre o espaço estetizado e o espaço da sobrevivência cotidiana.

Compreender São Luís a partir desse processo permite inseri-la em um padrão mais amplo de produção desigual do espaço urbano na América Latina ao longo do século XX. As semelhanças com outras cidades da região, marcadas pela implantação de conjuntos habitacionais periféricos e pela valorização seletiva dos centros históricos, revelam a dimensão estrutural desse modelo. Em todos esses casos, o urbanismo autoritário operou como tecnologia de governo, organizando o território de modo a reproduzir desigualdades sociais e a limitar o acesso das populações populares à plena experiência urbana.

As marcas desse período permanecem visíveis na cidade contemporânea. A fragmentação do tecido urbano, os longos deslocamentos diários, a concentração de investimentos em áreas específicas e a persistente desigualdade socioespacial são heranças diretas das escolhas realizadas nas décadas anteriores. Revisitar esse processo histórico não é apenas exercício de reconstrução do passado, mas ferramenta crítica para compreender o presente e questionar a naturalização de um modelo urbano excludente⁶.

Ao analisar o deslocamento da população trabalhadora para áreas periféricas como política urbana deliberada, este artigo busca contribuir para o debate sobre história urbana, planejamento e justiça espacial. Reconhecer o caráter político da produção do espaço é passo fundamental para repensar as cidades de forma mais inclusiva e democrática. Em São Luís, como em tantas outras cidades latino americanas, o desafio permanece o mesmo. Transformar a cidade em espaço de encontro, direito e pertencimento, rompendo com a lógica histórica que converteu a distância em destino.

Referências

- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977–1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1974.
- PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles. *Formas urbanas: a dissolução da cidade*. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- VASCONCELOS, Paulo Eduardo Silva de; VENÂNCIO, Marluce Wall de Carvalho. **Reestruturação urbana e habitação social: a produção da COHAB-MA em São Luís – MA durante a Ditadura Civil-**

⁶ As desigualdades socioespaciais observadas hoje em São Luís são resultado de processos históricos de longa duração, profundamente vinculados às políticas urbanas do século XX.

Militar. *International Journal of Social, Management, and Technological Visions*, v. 10, n. 2, p. 1–28, 2024.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

